

SEGUNDO RELATÓRIO PARCIAL

PESQUISA: “ATIVIDADES ESCOLARES DURANTE A PANDEMIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NO PARANÁ”

REALIZAÇÃO: APP/SINDICATO – LONDRINA



APOIO-PROJETOS/UEL:

*LENPES: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia
*Programa Emergencial de Formação de Professores na Universidade Estadual de Londrina, Parfor/UEL: contribuições da política na formação de professores da Educação Básica
*A Reforma do Ensino Médio com a Lei nº 13.415/2017: percursos das redes estaduais e da rede federal de Ensino Médio

DATA DA SEGUNDA DIVULGAÇÃO: 10/07/2020

INTRODUÇÃO

No dia 20 de março de 2020, o governo do Paraná publicou o Decreto nº 4.320/2020. O documento prevê que o isolamento social é uma ação fundamental para diminuir a velocidade da dispersão do novo Coronavírus (COVID-19), por consequência a suspensão das atividades presenciais na Educação Básica. Neste contexto, a partir de 06 de abril de 2020, o Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, autorizou a possibilidade de realizar atividades no formato remoto, conforme Deliberação CEE nº 01/2020. Desde então, a Secretaria da Educação e do Esporte – SEED/PR tem ofertado atividades online aos/às estudantes da rede estadual. Os critérios para tal ação estão previstos na Resolução nº 1.522/2020. O desenvolvimento das atividades remotas tem sido objeto de preocupação de diversos setores da sociedade paranaense que atuam na educação pública. O primeiro aspecto que tem merecido atenção é a dificuldade dos/as estudantes acessarem as plataformas criadas pela SEED/PR. A precarização do trabalho dos/as profissionais da educação é outro fator a ser destacado.

Neste sentido, a APP-Sindicato de Londrina decidiu realizar uma pesquisa para diagnosticar algumas consequências dessa nova situação,

reunindo as impressões dos/as docentes e equipes pedagógicas que atuam na Rede Estadual de Ensino do Paraná. A pesquisa conta com o apoio de projetos de ensino/pesquisa/extensão da UEL (Educação e Ciências Sociais) e destina-se a reunir dados que contribuam na tomada de decisões coletivas, buscando a melhoria das condições de trabalho docente, por consequência a defesa da qualidade do ensino na Educação Básica.

A preocupação com a escolarização em tempos de pandemia é uma questão que envolve todos/as os/as profissionais da educação neste momento. Por isso, levanta-se os seguintes questionamentos iniciais: como o trabalho pedagógico vem sendo desenvolvido na rede estadual de Educação Básica no Paraná neste momento? Como os/as docentes percebem e caracterizam o trabalho que desenvolvem por meio remoto? Que impactos essa nova forma de desenvolvimento do trabalho pedagógico tem trazido aos/as docentes e discentes?

O primeiro relatório parcial foi divulgado no dia 09/06/2020.¹ Neste segundo RELATÓRIO PARCIAL apresentamos os resultados das questões que abordaram o desenvolvimento de atividades a distância e os impactos à saúde dos/as docentes da rede pública do Paraná. A análise dos dados permite afirmar que o trabalho remoto tem resultado diversos impactos à saúde dos/as trabalhadores/as da educação. Ansiedade, stress, angústia são recorrentes nas repostas dos/as participantes. Outro fator que merece destaque é que a precarização e a intensificação do trabalho são variáveis importantes nesta realidade. Neste sentido, não tem como dissociar condições de trabalho e adoecimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os/as pesquisados/as tiveram acesso ao link do questionário [<https://forms.gle/Q3pLk8bBdE5w6LnD>], através de ampla divulgação realizada pela APP-Sindicato. Logo na introdução do questionário apresentou-se um Termo de Consentimento, que esclareceu os objetivos, os/as responsáveis pela elaboração e as formas de disseminação da pesquisa, os prazos e as formas de divulgação dos dados. O período de acesso à plataforma foi liberado no dia 07 de maio de 2020 e se encerrou no dia 19 de maio de 2020.

No que tange aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de opinião, em consonância com o Conselho de Ética, conforme o Art.01, Parágrafo Único, da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, quando esta elucida os “princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais”:

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; III – pesquisa que utilize informações de domínio público; IV - pesquisa censitária; V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de

¹ O material pode ser consultado no link: <https://www.applondrina.com/2020/06/09/pesquisa-confirma-que-apenas-30-dos-estudantes-conseguem-entregar-atividades-online-no-parana/>

identificação individual; e VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica; VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização (CEP-CONEP, 2016, p.2.622).

Como nos orienta Freitas *et al* (2000, p. 105), por se caracterizar como uma pesquisa de opinião, o *survey* objetiva “[...] produzir descrições quantitativas de uma população e faz uso de um instrumento predefinido.” Neste sentido, o referido *survey* ocorreu pela plataforma *google forms*, sem identificação dos/as respondentes, com docentes de todas as disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná, incluindo as duas modalidades de contrato (QPM e PSS), almejando um público alvo pertencente aos 32 Núcleos Regionais de Ensino do Paraná.

O PERFIL DA AMOSTRA

A pesquisa obteve a participação de 596 docentes,² de 61 municípios e de 30 Núcleos Regionais de Ensino – NRE. São docentes da Educação Básica que atuam nas etapas da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas modalidades da Educação Profissional, Educação de Jovens e Educação Especial e como pedagogos/as. No entanto, a maioria dos/as respondentes se concentra no Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Outros dados referentes à caracterização desses/as respondentes foram divulgados no dia 09/06/2020 e também podem ser acessados pela página oficial da APP-Sindicato Londrina.

ATIVIDADES A DISTÂNCIA: ADOECIMENTO, PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Sabemos que o debate da precarização das condições de trabalho docente e da intensificação do trabalho, assim como da relação com o adoecimento, é uma temática recorrente nas pesquisas acadêmicas de várias áreas do conhecimento e na atuação dos sindicatos. Neste contexto, é importante lembrar que o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, da Universidade Federal do Paraná (NESC/UFPR), em parceria com a APP-Sindicato, realizou uma pesquisa sobre a saúde dos/as docentes da rede pública estadual. A pesquisa teve a coleta de dados iniciada em 2014 e os resultados

² Dentro da margem de erro, a sistematização das informações considerou 593 respostas, pois duas respostas são de pessoas que não moram no Estado do PR e uma deixou o formulário em branco.

do trabalho foram apresentados no artigo “Sofrimento mental de professores/as do ensino público”³

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta a categoria docente como sendo a segunda a apresentar doenças ocupacionais. No trabalho, os/as pesquisadores/as do NESC/UFPR indicaram a relação entre precarização das condições de trabalho e impactos à saúde dos/as docentes. Além disso, “29,73% dos/as professores/as relataram alguma forma de adoecimento mental, como depressão, ansiedade e estresse, entre outros [...]. Foram encontrados distúrbios psíquicos menores em 75%, depressão em 44% e ansiedade em 70% das pessoas observadas no presente estudo” (TOSTES et al, 2018, p. 90).

A Confederação Nacional dos/as Trabalhadores/as em Educação – CNTE produziu um dossiê com artigos sobre a questão das condições de trabalho e saúde dos/as profissionais da educação. No material, a entidade destaca que a ausência de informações sobre o tema é um desafio. “Embora não haja um levantamento nacional sobre o número de afastamentos de professores/as e funcionários/as por motivos de doenças atinentes ao exercício da profissão, é cada vez mais corriqueira a reclamação de gestores/as quanto à falta dos/as profissionais ao trabalho, que na esmagadora maioria dos casos se deve a motivos de doença” (CNTE, 2012, p. 517).

O mesmo material cita que uma outra pesquisa organizada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG em 2010, demonstrou que “28% dos profissionais se afastaram do trabalho nos últimos 24 meses por meio de licença médica, em geral por questões físicas (coluna, cordas vocais, rouquidão, alergias a giz, etc); 14% se afastaram por motivos de depressão, ansiedade ou nervosismo e 13% por estresse; 12% foram readaptados em outras funções (apud CNTE, 2012, p. 518).

No caso das atividades remotas desenvolvidas no Paraná os princípios de uma política educacional neoliberal em curso, tem valorizado o gerenciamento, o alcance de índices, a produtividade e o controle sobre a atividade docentes desenvolvidas por meio das plataformas, sem se deter ao acompanhamento das relações e condições de trabalho dos/as profissionais da educação neste momento de pandemia. Por conta disso, esta política também produz impactos preocupantes nas condições de trabalho e na saúde dos/as docentes, acirrando uma situação de precarização que já se sentia anteriormente por outros fatores, especialmente após diminuição das horas-atividade, congelamento dos salários, mudanças drásticas no direito previdenciário, entre outros fatores igualmente relevantes que já compõem as pautas de reivindicação dos/as docentes através dos Sindicatos e outras entidades representativas no campo da educação.

De acordo com Alves (2011), a precarização do trabalho nos dias atuais é uma condição mais complexa que a desconstrução das relações salariais ocorrida no capitalismo do pós-guerra. Segundo o autor, este processo atinge não apenas a força de trabalho como mercadoria, mas, de forma mais complexa, implica na desefetivação do homem como ser genérico. Segundo Alves (2011), há uma alteração na dinâmica de troca metabólica entre os

³ O trabalho é de autoria coletiva de Maiza Vaz Tostes, Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque, Marcelo José de Souza e Silva e Ricardo Rasmussen Petterle, foi publicado na Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 42, Nº. 116, p. 87-99, Jan-Mar. 2018.

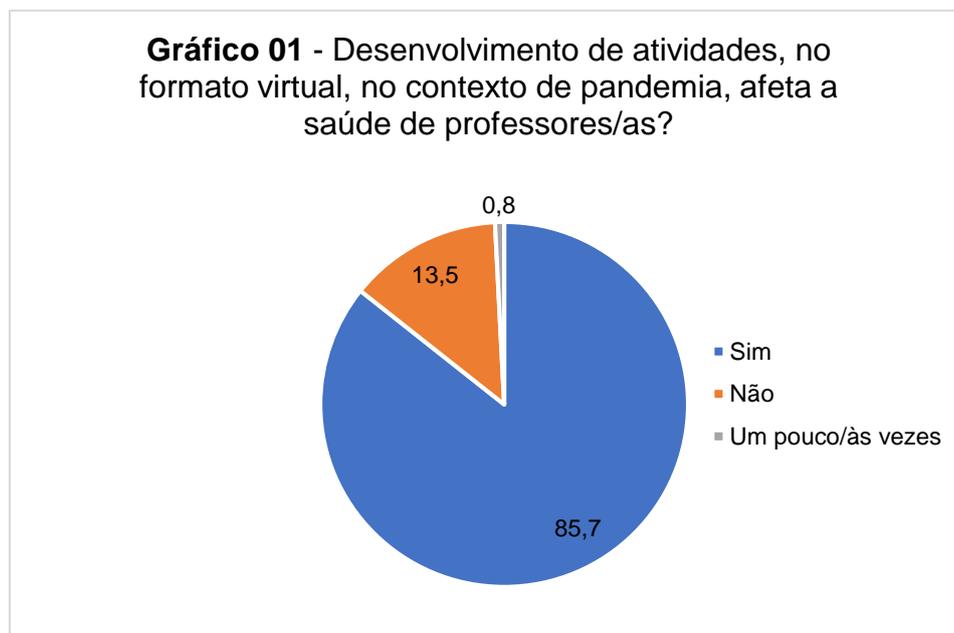
espaço-tempo de vida e o espaço-tempo de trabalho resultantes de um aumento extraordinário da jornada de trabalho.

Segundo Assunção e Oliveira (2009), pode-se definir a intensificação do trabalho como a demanda de fazer a mesma coisa mais rapidamente. As autoras indicam que o processo de intensificação provoca a degradação do trabalho não só em termos de qualidade da atividade, mas também da qualidade do bem ou do serviço produzido. Quanto maior a quantidade de atividades a serem realizadas e menor a parcela de tempo, faz-se necessário escolher quais atividades são principais. Desta escolha, surge o conflito entre realizar bem o trabalho e aumentar a produtividade.

Neste contexto, os dados apresentados a seguir resultam da sistematização da pergunta do questionário que solicitava a seguinte informação: “O desenvolvimento das atividades docentes, neste formato virtual e no contexto da atual pandemia, tem afetado sua saúde? (Escreva sim ou não, justificando sua resposta)”.

Dialogando, direta ou indiretamente, com os dados de outros estudos acima elencados, a presente pesquisa constata que a quantidade de atividades solicitadas, o desenvolvimento de sistema de controle, o monitoramento das ações, a imposição em lidar com várias ferramentas tecnológicas e aplicativos sem a oferta de formação continuada adequada indicam fatores que impactam a saúde dos/as docentes do Paraná durante a pandemia. Tal pesquisa indica ainda elementos para dizer que o adoecimento dos/as trabalhadores/as da educação é o resultado ocultado e invisível que estrutura as turmas virtuais.

As respostas dos participantes apontam que as atividades a distância têm produzido efeitos na saúde dos/as docentes, como demonstra o Gráfico 01, onde 85,7% afirmam ter a saúde afetada; 13,5% dizem que não tiveram a saúde afetada e 0,8% respondem um pouco/às vezes.



FONTE: APP-SINDICATO. Núcleo Sindical de Londrina. Pesquisa “Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná”. Jun/2020 – (Mostra: 593 respondentes)

Na **Tabela 01** destacamos os principais motivos detalhados pelos/as docentes participantes. A maioria demonstra ter sido afetada por este novo formato de trabalho virtual, no contexto da pandemia.

Tabela 01 - Desenvolvimento das atividades docentes, neste formato virtual e no contexto da atual pandemia, tem afetado sua saúde? Justificativas:

Justificativa/motivos	Sim		Não		Um pouco/às vezes	
	f	%	f	%	f	%
Angustia, pressão por não atingir objetivos	17	3,3	0	0	0	0
Ansiedade e estresse	84	16,5	0	0	0	0
Ansiedade e estresse - Angustia, pressão por não atingir objetivos	1	0,2	0	0	0	0
Ansiedade e estresse - pressão e desânimo	7	1,4	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – com o futuro	1	0,2	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – dores corporais	14	2,8	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – dúvidas e incertezas	9	1,8	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – insônia	52	10,2	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – preocupação com os alunos	9	1,8	0	0	0	0
Ansiedade e estresse – responsabilização	2	0,4	0	0	0	0
Ansiedade para conciliar demandas do trabalho profissional e doméstico/familiar	18	3,5	0	0	0	0
Ansiedade por conta da ineficácia da educação	2	0,4	0	0	0	0
Insegurança do momento, para lidar com a mudança de rotina (não consegue controle)	13	2,6	0	0	0	0
Cobrança (diretores, pedagogos, SEED, alunos, familiares) por demandas que geram angustia, cansaço e dores	45	8,9	0	0	0	0
Desafio para lidar com o trabalho, sobrecarga	63	12,4	0	0	0	0
Falta de capacitação contínua para lidar com a ferramenta em contato com muitas informações em curto tempo	31	6,1	0	0	0	0
Falta de organização dos materiais, recursos para trabalhar com educandos (desafio no retorno de atividades) geram estresse	30	5,9	0	0	0	0
Muito tempo em frente ao computador (cansaço audiovisual, dores corporais)	49	9,6	0	0	0	0
Sobrecarga de trabalho e demandas	9	1,8	0	0	0	0
Ainda não	0	0	4	5	0	0
Conseguem lidar com a situação, estabelecem rotina	0	0	15	18,8	0	0
Há tentativa de lidar com o momento, mas sente-se cansados, com dificuldades	0	0	17	21,3	0	0
Horas em frente ao computador, cansaço, desinformação, desordem, estresse	0	0	0	0	0	0
Mas o ritmo pode ser prejudicial – motivos – afeta a saúde mental, horas em frente o computador, desafios no retorno de atividades pelos alunos	0	0	5	6,3	5	100
Sem justificativa	52	10,2	39	48,8	0	0
Total	508	100	80	100	5	100

Notas: A categoria "sem justificativa" adveio das respostas que só registraram: sim, não e às vezes.

FONTE: APP-SINDICATO. Núcleo Sindical de Londrina. Pesquisa "Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná". Jun/2020 – (Mostra: 593 respondentes)

A análise das justificativas apresentadas pelos/as participantes permite identificar algumas recorrências. O excesso de trabalho, as cobranças e a pressão vivenciadas no desenvolvimento do trabalho remoto impactam a saúde de 32,70% dos/as docentes.

Os dados da **Tabela 01** foram agrupados da seguinte forma na configuração da **Tabela 02**. Todas as respostas que ressaltaram angústia,

stress, insegurança, dentre outras categorias correlatas, compuseram o eixo *Sofrimento mental - Ansiedade, stress e angústia*. Para explicitar o recorte do segundo eixo *Excesso de trabalho, cobranças e pressão*, agrupamos as respostas que especificaram elementos como: desafios para lidar com o trabalho; sobrecarga de trabalho e de demandas; cobrança (de: diretores/as, pedagogos/as, SEED, alunos/as, familiares); demandas que geram angústia, cansaço e dores; muito tempo em frente ao computador (cansaço audiovisual, dores corporais). Por fim, o eixo *ausência de condições de trabalho* resultou da soma das respostas que dissertaram em torno das seguintes justificativas: falta de capacitação contínua para lidar com a ferramenta em contato com muitas informações em curto tempo; falta de organização dos materiais e de recursos para trabalhar com educandos/as (desafio no retorno de atividades) geram estresse.

Tabela 02 – Justificativas apresentadas por professores/as para os impactos na saúde

Justificativas	%
Sofrimento mental - Ansiedade, stress e angústia	45,1%
Excesso de trabalho, cobranças e pressão	32,70%
Ausência de condições de trabalho	12,00%
Sem Justificativas	10,20%

Fonte: APP-SINDICATO. Núcleo sindical de Londrina. Pesquisa "Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná". Jun/2020 – (Mostra: 593 respondentes)

Vale destacar neste debate que a questão da pressão e do assédio no ambiente do trabalho, são preocupações recorrentes entre os/as especialistas que estudam esta área, assim como das entidades sindicais que lutam pela melhoria das condições de saúde e de trabalho dos/as profissionais da educação. Nos últimos anos várias iniciativas legislativas objetivaram combater o assédio moral no serviço público. O advogado Ludimar Rafagnin, em material produzido pelo mandato do deputado estadual Tadeu Veneri, no ano de 2019, destaca que;

Hoje, o debate permeia as instâncias das entidades sindicais, os departamentos de pessoal de empresas que se preocupam com as boas relações de trabalho, mesmo que para garantir a produtividade, departamentos de saúde do trabalhador e Cipas, órgãos responsáveis pela defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores, como é o do Ministério Público Estadual, Procuradoria Regional do Trabalho, e o próprio Poder Judiciário. O assédio moral nas relações de trabalho é tão cruel que não pode ser enfrentado de forma individualizada, pois é um problema coletivo e assim, deve ser enfrentado pelos trabalhadores do setor privado e público. (MANDATO TADEU VENERI, 2019, p. 14).

Com preocupações correlatas acerca do tema, Margarida Barreto (2019), define assédio moral como;

a exposição de trabalhadores a situações vexatória, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função, de forma repetitiva o que caracteriza uma atitude desumana, violenta e antiética nas relações de trabalho [...] em nosso entender, o assédio moral caracteriza-se pela intencionalidade [...] seguida de sua conseqüente fragilização, com intuito de neutralizá-la em termos de poder. Este enfraquecimento psíquico pode levar o indivíduo vitimizado a uma paulatina despersonalização. (MANDATO TADEU VENERI, 2019, p. 19).

Os materiais produzidos por diversas entidades e órgãos que atuam no campo da prevenção do assédio no trabalho, no serviço público e na iniciativa privada, indicam exemplos de ações que podem se configurar como assédio. A ameaça constante; a sobrecarga de trabalho para o/a servidor/a para que não consiga realizá-lo totalmente e ainda retirar o material necessário à sua execução; as pressões para que o/a trabalhador/a não traga atestados médicos quando fica doente e que volte a trabalhar quando ainda adoecido/a; (MANDATO TADEU VENERI, 2019, p. 27 e 28) compõe, em parte, o rol dessas preocupações que podem ser caracterizadas como assédio no campo do trabalho. Do mesmo modo, lembramos a violação dos direitos dos/as trabalhadores/as quando são desconsiderados seus problemas de saúde e determinados prazos desnecessariamente curto para finalização de um trabalho. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 11).

A pesquisa não teve como objeto identificar e quantificar as situações de assédio durante o desenvolvimento das atividades remotas na educação pública do Paraná. Os dados apresentados neste segundo Relatório Parcial indicam uma situação de pressão e adoecimento dos/as docentes. Neste sentido, é possível formular a hipótese (não investigada) de que o assédio pode ser um dos elementos que compõe a precarização e a intensificação do trabalho.

Quando analisados os dados dos/as professores, participantes da pesquisa, que trabalham na jurisdição do Núcleo Regional de Londrina – NRE/Londrina, foi constatada uma situação similar. As respostas dos/as docentes, neste núcleo específico, demonstram que as atividades a distância têm produzido efeitos e conseqüências na saúde dos/as docentes, sendo que: 83,7% afirmam ter a sua saúde afetada; 14,8% não sentiram a saúde afetada e 1,5% respondem um pouco/às vezes. Os dados podem ser verificados a seguir:

Tabela 03 – Professores/as que atuam no NRE de Londrina:
Desenvolvimento das atividades docentes, neste formato virtual e no contexto da atual pandemia, tem afetado sua saúde?

Sim	Não	Um pouco/às vezes	Total
226	40	4	270
83,7%	14,8%	1,5%	100,0%

FONTE: APP-SINDICATO – Núcleo Sindical de Londrina. Pesquisa “Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná”. Jun/2020. – (Mostra: 270 respondentes)

Tanto em relação aos resultados do Estado do Paraná como na região do NRE de Londrina, verificamos que mais de 80% dos/as docentes afirmam que a saúde foi afetada neste novo formato de trabalho, desenvolvido por meio virtual, no contexto da pandemia. Nos dois recortes de respostas, entre os principais problemas apontados são centrais as questões referentes à ansiedade, estresse, angústia, entre outras referências já destacadas ao longo do texto. Tratam-se de sintomas que consideramos provenientes da insegurança em relação às relações e condições de trabalho, que envolvem intensificação do ritmo, desinformação sobre os procedimentos para desenvolvimento das tarefas, e falta de acesso à formação continuada para lidar com as tecnologias e com esta nova situação de ensino. Dentre muitas hipóteses que podem ser levantadas a partir dos dados coletados com 596 respondentes e serão analisadas teoricamente em textos posteriores, esses aspectos nos levam a uma constatação importante nessa pesquisa, ou seja, à compreensão de que o trabalho do/a professor/a não pode ser improvisado, requer garantias que favoreçam tanto o bem-estar deste profissional quando se almeja o desenvolvimento de um trabalho pedagógico com qualidade e que respeite os direitos humanos dos/as que se dedicam a ensinar, mesmo diante de todos os desafios impostos nestes contextos.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO-Londrina. RELATÓRIO PARCIAL. Pesquisa: “Atividades Escolares Durante a Pandemia e Condições de Trabalho Docente no Paraná”. Divulgada em 09/06/2020 em: <https://www.applondrina.com/2020/06/09/pesquisa-confirma-que-apenas-30-dos-estudantes-conseguem-entregar-atividades-online-no-parana/>

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

Alves, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista Eletrônica da RET*. Ano V, número 8 [online], 2011.

BRASIL CEP/CONEP. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Trata das especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2619.pdf> Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação. *In*: Revista Retratos da Escola, v. 6, nº. 11. 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (BRASIL). Assédio Moral e Sexual: previna-se. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/sc/arquivos/cartilha-assedio>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FREITAS, H. et. al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração. São Paulo*. V. 35, Nº. 3, p. 105-112, julho/setembro 2000. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitas_henriquerausp.pdf Acesso em 02 mai. 2020.

MANDATO DEPUTADO ESTADUAL TADEU VENERI (PARANÁ). Assédio Moral. Disponível em <http://www.tadeuveneri.com.br/disco/arquivos/publicacoes--cartilhas/Cartilha%20Assedio%20-%202019%20-WEB.pdf>. Acesso em 08 jul. 2020.

PARANÁ. **Decreto Nº 4230** de 16/03/2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PARANÁ. **Deliberação CEE nº 01/2020**. Instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 e outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>. Acesso em: 03 jun. 2020.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. *Sofrimento mental de professores do ensino público*. Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 42, Nº. 116, p. 87-99, JAN-MAR. 2018. Inserido em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>. Acesso em 03 jun. 2020.